

STJ00031102 - V. 1

ARRUDA ALVIM

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
N.º PATRIMONIAL 25820

# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

VOL. I  
PARTE GERAL

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS  
SÃO PAULO — 1977

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XIII
----------------	------

## CAPÍTULO I

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e Âmbito .....	1
2. O Processo Contencioso e o de Jurisdição Voluntária ..	4
3. Definição de Direito Processual Civil .....	4
4. Princípios Informativos e Fundamentais do Processo Civil	5
5. Evolução Histórica do Direito Processual Civil .....	11
6. Processo Civil Romano .....	12
7. Período das <i>Legis Actiones</i> .....	12
8. Período do Processo Formulário .....	13
9. Período da <i>Extraordinaria Cognitiono</i> .....	14
10. Processo Romano-Barbárico .....	15
11. O Processo Comum na Itália .....	17
12. Período dos Glosadores .....	17
13. Período dos Pós-Glosadores .....	17
14. Período da Jurisprudência Culta .....	18
15. O Processo Comum na Alemanha .....	18
16. História do Processo na Península Ibérica e Respektivas Implicações no Direito Brasileiro — O <i>Forum Juditium</i> ( <i>Fuero Juzgo</i> ) .....	20
17. As Ordenações — Especialmente as Filipinas .....	21
18. O Brasil e sua Legislação depois da Independência ....	21
19. O Regulamento n. 737 .....	22
20. A República e o Processo Civil — Os Códigos de Processo Civil Estaduais .....	23
21. A Reunificação do Processo Civil .....	23

## CAPÍTULO II

### REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

22. A Reelaboração do Direito no Século XIX .....	26
23. Autonomia do Direito de Ação .....	28
24. Moderna Classificação das Ações .....	28

25. O Processo Concebido como Contrato ou quase Contrato	29
26. O Processo como Instrumento predominantemente Técnico .....	30
27. As Relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito .....	31
28. O Processo Civil e o Direito Penal .....	31
29. O Processo Civil e o Direito Constitucional .....	33
30. O Processo Civil e o Direito Administrativo .....	36
31. O Processo Civil e o Direito Civil .....	37
32. O Processo Civil e o Direito Comercial .....	38
33. O Processo Civil e o Direito Processual do Trabalho ..	39

## CAPÍTULO III

## AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34. Norma Jurídica .....	40
35. Normas Cogentes e Dispositivas .....	43
36. Norma Processual e Norma Substancial — Natureza da Norma Processual Civil .....	44
37. Classificação das Normas Processuais Civis .....	45
38. As Fontes da Norma Processual Civil .....	47
39. Competência para Legislar sobre Direito Processual Civil .....	48
40. Normas Processuais na Constituição Federal .....	48
41. Intervenção Federal e a Matéria afeta ao Poder Judiciário .....	50
42. Outras Normas Constitucionais que versem sobre Matéria Processual .....	51
43. Fontes Subsidiárias da Norma Processual Civil .....	51
44. Analogia .....	53
45. Costume .....	55
46. Os Princípios Gerais do Direito .....	56
47. A Jurisprudência e o Processo Civil .....	57
48. Da Interpretação das Leis em Geral .....	60
49. Interpretação, particularmente da Lei Processual Civil	64

## CAPÍTULO IV

DA JURISDIÇÃO — O ESTADO-DE-DIREITO  
E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

50. O Estado-de-Direito .....	69
51. Sistema de Jurisdição .....	73
52. Natureza da Função Jurisdicional e suas Características	73
53. Os Princípios Fundamentais da Jurisdição .....	75
54. A Independência do Judiciário .....	78
55. O Direito de Ação e a amplitude da Função Jurisdicional em nosso Direito .....	80
56. O Contencioso Administrativo .....	82

57. Inconstitucionalidade de Lei .....	84
58. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário .....	87

## CAPÍTULO V

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — FUNÇÕES  
E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

59. A Jurisdição Voluntária .....	91
60. Funções do Poder Judiciário e Funções Judiciárias ....	96
61. Órgãos não Judiciários com Funções Jurisdicionais ....	97
62. Órgãos Judiciários .....	98
63. Regimentos dos Tribunais .....	102
64. Organização Judiciária .....	103
65. Normas Disciplinadoras da Organização Judiciária ....	105
66. Possibilidade de Conflito entre as Normas de Organização Judiciária e a Lei do Processo .....	107
67. Competência Funcional nas Fases do Procedimento e os Limites da Organização Judiciária no Primeiro Grau de Jurisdição .....	108
68. Competência Interna dos Tribunais .....	108
69. Os Limites das Normas de Organização Judiciária, particularmente no Segundo Grau de Jurisdição .....	109
70. Auxiliares da Justiça .....	110
71. Normas vigentes sobre Organização Judiciária no Estado de São Paulo .....	115

## CAPÍTULO VI

## DA COMPETÊNCIA

72. Jurisdição e Competência .....	119
73. Definição de Competência .....	123
74. A Competência no quadro dos Pressupostos Processuais	124
75. Distinção entre Incompetência e Impedimento .....	128
76. A Divisão Tripartida da Competência .....	129
77. Competência Objetiva .....	129
78. Competência Territorial .....	130
79. Competência Funcional .....	131
80. Competência Funcional Recursal .....	132
81. Competência Funcional nas Fases do Procedimento ....	132
82. Competência Internacional e Interna .....	133
83. Competência Exterior e Interior .....	134
84. Foro Competente .....	135
85. Foro Geral .....	135
86. Foros Especiais .....	137
87. O Artigo 95 .....	138
88. O Artigo 96 .....	141

89.	O Artigo 97 .....	143
90.	O Artigo 98 .....	144
91.	O Artigo 99 .....	144
92.	O Artigo 100 .....	145
93.	O Artigo 101 .....	148
94.	Foro de Eleição .....	148
95.	Foro e Juízo .....	151
96.	Incompetência Relativa .....	154
97.	Incompetência Absoluta .....	156

## CAPÍTULO VII

## A COMPETÊNCIA NA COMARCA DE SÃO PAULO

98.	Competência dos Juizes Cíveis e dos das Varas Distritais	159
99.	Competência em Matéria de Família afeta aos Juizes das Varas Distritais .....	161
100.	Competência das Varas dos Registros Públicos .....	163
101.	Competência das Varas da Fazenda do Estado .....	164
102.	Competência das Varas da Fazenda Municipal .....	165
103.	Competência dos Juizes Substitutos .....	165

## CAPÍTULO VIII

## A JUSTIÇA FEDERAL

104.	Introdução .....	168
105.	A Justiça Federal e a Constituição .....	169
106.	A Justiça Federal e a sua Lei .....	174
107.	A Jurisdição da Justiça Federal é Absoluta .....	175
108.	Autarquias Federais e Justiça Federal .....	175
109.	Hipóteses de Intervenção Federal na Causa e a Competência da Justiça Federal .....	176
110.	As Sociedades de Economia Mista não se submetem à Justiça Federal .....	177
111.	A Justiça Federal e as questões de Navegação Aérea	178

## CAPÍTULO IX

PREVENÇÃO — "PERPETUATIO IURISDICTIONIS"  
— CONEXÃO E CONTINÊNCIA

112.	Prevenção .....	179
113.	Conexão de Causas .....	183
114.	Continência de Causas .....	185
115.	<i>Perpetuatio Iurisdictionis</i> .....	186

## CAPÍTULO X

## CONFLITO DE COMPETENCIA

116.	Introdução .....	189
117.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código ....	190
118.	Procedimento do Conflito de Competência .....	192

## CAPÍTULO XI

## COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS

119.	Observações Gerais .....	193
120.	Necessidade de Determinação .....	194
121.	Competência Interna do Tribunal de Justiça de São Paulo	195
122.	Competência das Câmaras Cíveis .....	197
123.	Competência Recursal das Câmaras .....	198
124.	Competência do Presidente .....	198
125.	Competência dos Tribunais de Alçada .....	199
126.	Conflito de Competências entre Tribunais .....	199
127.	Conflito entre Órgãos do mesmo Tribunal .....	199
128.	Conflito entre Tribunais Diversos .....	200
129.	Tribunal Federal de Recursos .....	200
130.	Supremo Tribunal Federal .....	201

## CAPÍTULO XII

## TEORIA DA AÇÃO

131.	Os Conflitos de Interesse e as Respectivas Soluções ....	203
132.	Noção de Direito Objetivo e de Direito Subjetivo .....	204
133.	Considerações sobre a Ação e o Direito Subjetivo no Prisma Judicial .....	207
134.	Nossa Posição acerca do Direito Subjetivo .....	209
135.	Teoria Civilista a respeito da Ação .....	212
136.	Posição de Adolfo Wach .....	213
137.	Posição de Chiovenda .....	214
138.	Observação Crítica à Teoria Civilista, à do Direito Concreto, à Tutela Jurídica e à da Ação como Direito Potestativo .....	216

## CAPÍTULO XIII

## A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

139.	Definição de Ação .....	221
140.	As Condições da Ação em nosso Direito Positivo ....	223
141.	Particularmente a Ação Declaratória e seus Problemas Práticos — Declaratória e Violação do Direito .....	227

142.	Declaratória e Mero Fato .....	228
143.	O Âmbito da Ação Declaratória .....	229
144.	Ação Declaratória e Reconvenção .....	229
145.	Declaratória e Cumulação de Ações .....	229
146.	Declaratória e Cláusula Contratual .....	230
147.	Declaratória e Falsidade de Documento .....	230
148.	A Ação Declaratória Incidental .....	231
149.	O Papel do "Fato" na Teoria da Ação .....	234
150.	O Conceito de Mérito .....	237
151.	O Mérito e as Condições da Ação .....	237
152.	Cumulação de Pretensões .....	241
153.	Concorrência de Ações .....	246
154.	Objeto Litigioso ou Lide .....	249
155.	Elementos da Ação .....	251
156.	As Partes e sua Identificação .....	251
157.	O Objeto .....	252
158.	Fundamento Legal .....	255
159.	Fundamentação Jurídica e <i>Causa Petendi</i> .....	255
160.	A <i>Causa Petendi</i> nas Ações Pessoais e nas Ações Reais .....	256

## CAPÍTULO XIV

## ATO PROCESSUAL

161.	Atos Jurídicos e Atos Processuais .....	258
162.	Classificação dos Atos Processuais .....	260
163.	Forma dos Atos Processuais .....	264
164.	As Nulidades dos Atos Processuais .....	266

## CAPÍTULO XV

## O TEMPO NO PROCESSO

165.	Prazos e Preclusão .....	272
166.	Os Princípios Informativos do Processo e os Prazos .....	273
167.	Os Princípios da Utilidade, Continuidade, Peremptoriedade e Preclusão .....	275
168.	Dos Prazos .....	277
169.	Classificação dos Prazos .....	279
170.	Da Contagem dos Prazos .....	280
171.	Os Prazos mais Importantes .....	281
172.	Da Preclusão .....	281

## CAPÍTULO XVI

## PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

173.	A Relação Jurídica Processual .....	286
174.	Pressupostos Processuais da Existência da Relação Jurídica Processual .....	288

175. Requisitos da Validade da Relação Jurídica Processual	292
176. Pressupostos Processuais Negativos .....	297

## CAPÍTULO XVII

## DO MINISTÉRIO PÚBLICO

177. Do Ministério Público .....	299
178. A Moderna Função do Ministério Público .....	299
179. Os Princípios Estruturais do Ministério Público .....	300
180. Os Princípios Estruturais e os da Atuação do Ministério Público .....	301
181. Princípios que presidem a Direção e Disciplina do Ministério Público .....	301
182. O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional	302
183. O Ministério Público e sua Posição Político-Jurídica	304
184. O Ministério Público Federal no Direito Positivo ....	307
185. O Ministério Público Paulista no Direito Positivo ....	309



STJ00031103 - V. 2

ARRUDA ALVIM

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
N.º PATRIMONIAL 25820

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

VOL. II  
PROCESSO DE CONHECIMENTO

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS  
SÃO PAULO — 1978

## SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA .....	XVII
-------------------	------

### CAPÍTULO XVIII DO ADVOGADO

186. Capacidade postulatória .....	1
187. A função do advogado .....	4
188. Deveres do advogado face ao Código de Processo Civil .....	7
189. Direitos do advogado face ao Código de Processo Civil .....	9

### CAPÍTULO XIX DOS SUJEITOS DO PROCESSO

190. Introdução .....	12
191. Do juiz .....	13
192. Conceitos de parte e de capacidade processual .....	15
193. Análise do conceito de parte .....	17
194. As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil .....	18
195. Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora .....	19
196. Capacidade processual e capacidade de ser parte .....	20
197. Princípios regentes do tema das partes .....	22
198. Representação dos incapazes — Necessidade de integração da capacidade processual .....	25
199. Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil .....	27
200. O incapaz sem representante legal .....	28
201. A colisão de interesses do incapaz e do representante (Art. 9.º, I) .....	29
202. A figura do curador especial .....	31
203. A capacidade processual do marido e da mulher .....	34
204. Forma de ser sanado o vício de incapacidade .....	37

### CAPÍTULO XX A REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO DAS PESSOAS JURÍDICAS

205. Noções gerais .....	39
206. A representação da União .....	40
207. A representação dos Estados federados .....	41

208.	A representação dos Municípios .....	42
209.	A representação do Distrito Federal .....	42
210.	A representação dos territórios .....	43
211.	A representação das pessoas jurídicas de Direito privado .....	43
212.	A representação das paróquias da Igreja Católica ....	45

## CAPÍTULO XXI

REPRESENTAÇÃO DOS ENTES  
DESPERSONALIZADOS

213.	Introdução .....	46
214.	A representação da massa falida .....	46
215.	A representação das heranças vacante e jacente .....	47
216.	A representação do espólio .....	48
217.	A representação dos condomínios .....	49

## CAPÍTULO XXII

## DO LITISCONSÓRCIO

218.	Conceito de litisconsórcio .....	51
219.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação .....	52
220.	Classificação do litisconsórcio quanto a obrigatoriedade ou não de sua formação (Arts. 46 e 47) .....	53
221.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito material .....	53
222.	Classificação do litisconsórcio quanto a posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo .....	54
223.	Litisconsórcio facultativo (noções gerais) .....	55
224.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações tendo em vista a lição (Art. 46, I) .....	56
225.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de fato (Art. 46, II) .....	56
226.	O litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de direito (Art. 46, II) .....	57
227.	O litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (Arts. 46, III e 103) .....	57
228.	O litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (Art. 46, IV) .....	58
229.	Litisconsórcio necessário (noções gerais) (Art. 47) ....	59
230.	Litisconsórcio unitário (noções gerais) (Art. 47) .....	62
231.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio .....	63

## CAPÍTULO XXIII

## DA ASSISTÊNCIA

232.	Noções gerais acerca do instituto da assistência .....	70
233.	Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial .....	71

234.	Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial .....	72
235.	A posição do assistente no processo .....	76
236.	A sentença e o assistente simples e o assistente litisconsorcial .....	77
237.	A atividade do assistente .....	79
238.	Limites à atividade do assistente .....	81
239.	Os processos que ensejam a intervenção do assistente .....	83
240.	O incidente de admissibilidade do assistente .....	83

## CAPÍTULO XXIV

## DA OPOSIÇÃO

241.	Colocação do instituto .....	86
242.	Pressuposto de admissibilidade da oposição — Implicações da oposição admitida .....	87
243.	Processos que admitem oposição .....	88
244.	Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento .....	89
245.	O processamento da oposição .....	91
246.	A posição dos opostos em relação ao oponente .....	91
247.	A autonomia dos opostos .....	92
248.	Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição .....	93
249.	O indeferimento do pedido de oposição .....	93
250.	A sentença da oposição .....	93

## CAPÍTULO XXV

## DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

251.	Noções necessárias a compreensão do instituto .....	95
252.	Definição .....	96
253.	Legitimação para a nomeação e procedimento .....	97
254.	A aceitação ou a recusa do nomeante pelo autor .....	99
255.	A aceitação ou a recusa do nomeante .....	99
256.	A responsabilidade por perdas e danos .....	100

## CAPÍTULO XXVI

## DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

257.	Noções gerais .....	102
258.	A hipótese do art. 70, I .....	103
259.	A hipótese do art. 70, II .....	105
260.	A hipótese do art. 70, III .....	106
261.	O ingresso do denunciado .....	107
262.	A posição do litisdenuciado .....	109
263.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor .....	111
264.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu .....	112
265.	As conseqüências da denúncia .....	115
266.	A denúncia da lide no procedimento sumaríssimo .....	116

## CAPÍTULO XXVII

## DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

267.	Finalidade do chamamento ao processo .....	118
268.	As hipóteses de chamamento ao processo (Art. 77, I)	119
269.	Art. 77, II .....	120
270.	Art. 77, III .....	121
271.	Procedimento para o chamamento .....	121
272.	Efeitos do chamamento .....	122
273.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento ....	123

## CAPÍTULO XXVIII

## DA PETIÇÃO INICIAL

274.	Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial	127
275.	Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição .....	130
276.	Petição inicial e libelo .....	132
277.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial .....	137
278.	A forma da petição inicial em nosso direito .....	137
279.	O conteúdo da petição inicial — Declaração de vontade e declaração de ciência nela contida .....	138
280.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial	138
281.	Do pedido .....	139
282.	Deferimento e indeferimento da petição inicial .....	142

## CAPÍTULO XXIX

## DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

283.	Considerações introdutórias .....	148
284.	Da citação .....	149
285.	Conceito de citação — Peculiaridades da citação .....	155
286.	Dos efeitos da citação .....	156
287.	A falta de citação .....	157
288.	A nulidade da citação .....	157
289.	O comparecimento do interessado .....	159
290.	Destruição dos efeitos da citação .....	159
291.	Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação de defesa .....	160
292.	A citação é ato judicial .....	160
293.	Como se realiza a citação .....	161
294.	Das intimações .....	162

## CAPÍTULO XXX

## DA RESPOSTA DO RÉU

295.	Introdução .....	164
296.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa .....	166
297.	Função processual da contestação .....	167

298.	Contestação e conceito de questão de fato ou de direito	168
299.	Contestação e seu conteúdo processual	168
300.	Considerações introdutórias acerca das exceções	171
301.	As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade	172
302.	A exceção de incompetência	173
303.	A exceção de suspeição	173
304.	A exceção de impedimento	174
305.	A distinção entre suspeição e impedimento	174
306.	O procedimento da exceção de incompetência	175
307.	O procedimento da exceção de suspeição e impedimento	176
308.	O problema da não alegação no prazo	177
309.	Da reconvenção	179
310.	A reconvenção no direito brasileiro, especialmente	180
311.	A autonomia da reconvenção	181
312.	A reconvenção e o procedimento sumaríssimo	182
313.	A ação declaratória incidental como espécie da resposta do réu	183

## CAPÍTULO XXXI

## DA REVELIA

314.	Introdução	188
315.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais	189
316.	Revelia e litisconsórcio	192
317.	Revelia e assistência	193
318.	Revelia e reconvenção	193
319.	Revelia e julgamento antecipado da lide	194
320.	A revelia e os procedimentos especiais	194
321.	A revelia nos processos cautelar e de execução	196
322.	Revelia e incompetência	196
323.	Revelia e a citação ficta	196

## CAPÍTULO XXXII

## DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

324.	Introdução	198
325.	A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações	199
326.	Os arts. 264 e 294 do Código de Processo Civil — Distinção	199
327.	Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda	200
328.	Mudança dos fatos e mudança do direito	200
329.	Alteração do pedido e concordância do réu — Momento preclusivo	201
330.	Emenda do libelo	201

## CAPÍTULO XXXIII

## DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

331.	Idéias gerais .....	202
332.	A suspensão necessária do processo .....	203
333.	A suspensão facultativa do processo .....	204
334.	A suspensão do processo e os atos urgentes .....	204

## CAPÍTULO XXXIV

DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO  
DO PROCESSO

335.	Providências preliminares .....	205
336.	Introdução ao julgamento conforme o estado do processo .....	208
337.	Da extinção do processo sem julgamento de mérito .....	208
338.	O inciso I, do art. 267 .....	208
339.	O inciso II, do art. 267 .....	209
340.	O inciso III, do art. 267 .....	210
341.	O inciso IV, do art. 267 .....	211
342.	O inciso V, do art. 267 .....	211
343.	O inciso VI, do art. 267 .....	212
344.	O inciso VII, do art. 267 .....	213
345.	O inciso VIII, do art. 267 .....	213
346.	O inciso IX, do art. 267 .....	214
347.	O inciso X, do art. 267 .....	214
348.	O inciso XI, do art. 267 .....	214
349.	As conseqüências comuns aos diversos casos de encerra- mento do processo sem julgamento de mérito .....	214
350.	Julgamento antecipado da lide .....	215
351.	Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo .....	216
352.	O saneamento do processo .....	217
353.	O conteúdo do saneamento .....	218

## CAPÍTULO XXXV

## CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

354.	Generalidades .....	219
355.	A prova e o problema da verdade .....	221
356.	A prova legal e a limitação do juiz .....	222
357.	Noção do conceito de prova .....	223
358.	Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado do processo — Da extinção do processo .....	223
359.	Do julgamento antecipado da lide .....	224
360.	Rápida referência do direito civil .....	225
361.	O art. 141 do Código Civil, em confronto com o art. 401 do Código de Processo Civil .....	226

362.	A validade de documento entre as partes e terceiros — O documento, sua data e dúvida a respeito .....	227
363.	A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca .....	228
364.	A atividade probatória e a sentença .....	229

## CAPÍTULO XXXVI

A PROVA E OS PRINCÍPIOS REGENTES  
DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

365.	A prova e o princípio dispositivo .....	232
366.	A prova e o princípio da oralidade .....	233
367.	O subprincípio da identidade física do juiz .....	234
368.	O subprincípio da concentração dos atos processuais .....	236
369.	O subprincípio da imediatidade .....	237
370.	O subprincípio da irrecorribilidade em separado ("rectius" por apelação) das interlocutórias .....	237
371.	O debate oral .....	238

## CAPÍTULO XXXVII

## CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

372.	Classificação das provas .....	240
373.	Classificação das provas tendo em vista o sujeito .....	240
374.	Classificação das provas tendo em vista o objeto .....	241
375.	Classificação das provas tendo em vista a forma .....	245

## CAPÍTULO XXXVIII

## ÔNUS DA PROVA

376.	Introdução .....	246
377.	Distinção entre ônus e obrigação .....	247
378.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito .....	247
379.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório .....	248
380.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova .....	249
381.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova .....	250
382.	Momento do funcionamento do ônus .....	250
383.	Fundamentos da repartição do ônus da prova .....	251
384.	O ônus da prova e a revelia .....	251
385.	A confissão e o ônus da prova .....	252
386.	A falsidade de documento e o ônus da prova .....	252
387.	A alegação de fato modificativo e o ônus da prova .....	253



## CAPÍTULO XXXIX

## MOMENTOS DA PROVA

388.	Introdução .....	254
389.	Especificamente os momentos da prova .....	254
390.	Procedimentos probatórios especiais .....	257
391.	Os momentos da prova no procedimento sumaríssimo .....	257

## CAPÍTULO XL

## DA PROVA DOCUMENTAL

392.	Generalidades .....	259
393.	Definição de documento .....	260
394.	Os autores intelectual e material do documento .....	260
395.	O conteúdo e a eficácia do documento .....	261
396.	A forma como sendo da substância do documento .....	262
397.	O documento é prova pré-constituída .....	264
398.	Classificação dos documentos — Aspectos gerais .....	265
399.	Os documentos e a autenticidade .....	267
400.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade .....	268
401.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos .....	268
402.	Instrumentos e documentos particulares — Distinção específica .....	268
403.	Documento e o problema da data .....	269
404.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento — Distinção .....	269
405.	O valor probante dos documentos .....	270
406.	Da exibição de documento ou coisa — Generalidades .....	271
407.	Da exibição de documento ou coisa .....	272
408.	Espécies da ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição .....	272
409.	Das partes e de sua legitimidade .....	272
410.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa .....	273
411.	A recusa fundada de exibição .....	274
412.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição .....	274
413.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição .....	275

## CAPÍTULO XLI

## DA PROVA TESTEMUNHAL

414.	Esboço teórico a respeito da prova testemunhal .....	276
415.	Testemunha e parte — Distinção .....	277
416.	Testemunha e perito — Distinção .....	277
417.	Do valor da prova testemunhal .....	278
418.	A técnica de inquirição .....	278
419.	O sujeito da prova testemunhal .....	280
420.	Conceito de testemunha .....	280
421.	Da obrigação de testemunhar .....	281
422.	Quem pode ser testemunha .....	283

423.	Obrigações e direitos da testemunha .....	286
424.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal .....	287
425.	Procedimento da prova testemunhal .....	289
426.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas .....	293
427.	A substituição de testemunhas .....	294

## CAPÍTULO XLII

## DO DEPOIMENTO PESSOAL

428.	Idéias gerais .....	295
429.	Definição .....	301
430.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso .....	302
431.	Procedimento do depoimento pessoal .....	303
432.	Depoimento pessoal de confissão .....	306

## CAPÍTULO XLIII

## DA CONFISSÃO

433.	Esborço teórico sobre a confissão .....	307
434.	Conceito de confissão .....	308
435.	Elementos da confissão .....	310
436.	Espécies de confissão .....	312
437.	Efeitos da confissão .....	312
438.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão .....	313
439.	Aspectos principais da confissão em nosso direito positivo .....	313
440.	Revogação da confissão .....	314

## CAPÍTULO XLIV

## DA PROVA PERICIAL

441.	Conceito de perícia .....	315
442.	Do cabimento da prova pericial .....	315
443.	Momento do pedido da prova pericial .....	317
444.	O Juiz e o resultado da perícia .....	318
445.	Perícia -- Requisitos e realização .....	318
446.	A perícia e o perito .....	321
447.	O perito e a sua responsabilidade .....	322

## CAPÍTULO XLV

## DA INSPEÇÃO JUDICIAL

448.	Idéias gerais .....	324
449.	A participação de peritos na inspeção .....	325
450.	A presença das partes na inspeção .....	326
451.	A documentação da inspeção .....	327

## CAPÍTULO XLVI

## INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

452.	Diferença entre prova direta e indireta .....	328
453.	Distinção entre indícios e presunções .....	329

454.	Presunção .....	329
455.	Espécies de presunção .....	330
456.	As presunções legais .....	331
457.	As presunções do homem .....	332
458.	Valoração das presunções do homem .....	333
459.	A presunção do homem e a prova contrária .....	334
460.	A prova "prima facie" .....	334
461.	A prova "prima facie" e o problema do ônus da prova ..	335

## CAPÍTULO XLVII

## DA AUDIÊNCIA

462.	Introdução .....	336
463.	Da conciliação .....	337
464.	Problemas teóricos em torno da audiência .....	338
465.	Problemas práticos em torno da audiência .....	340
466.	Audiência e os fatos que a antecedem .....	340
467.	Audiência e seu adiamento .....	340
468.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa ....	341
469.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público ..	341
470.	Audiência e a identidade física do juiz .....	342
471.	A audiência no procedimento sumaríssimo .....	343

## CAPÍTULO XLVIII

## DA SENTENÇA

472.	Generalidades sobre sentença .....	344
473.	A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida	346
474.	A fundamentação da sentença e as lacunas da lei ....	348
475.	Natureza jurídica da sentença .....	350
476.	Efeitos da sentença .....	351
477.	A classificação das sentenças .....	352
478.	Sentenças processuais e de mérito .....	352
479.	Sentenças classificadas por sua eficácia .....	353
480.	Sentença declaratória .....	353
481.	Sentença constitutiva .....	354
482.	Sentença condenatória .....	356
483.	As denominadas sentenças mandamentais .....	357
484.	Sentenças dispositivas .....	357
485.	Sentenças complexas .....	359
486.	A sentença: sua intelecção e seus elementos .....	359
487.	Relatório .....	360
488.	A sentença e a respectiva fundamentação .....	361
489.	A essencialidade do conteúdo decisório da sentença ...	362
490.	A sentença "infra" ou "citra petita" .....	363
491.	A sentença "extra petita" .....	364
492.	Sentença "ultra petita" .....	366
	Artigos de Lei citados .....	367
	Índice remissivo .....	377